

Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Rosa do Tocantins

EDIÇÃO 801

ANO IX - SEXTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2025

LEVI TEIXEIRA DE OLIVEIRA - PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 477/2025

ATA: 04/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 477/2025

LICITAÇÃO Nº: Pregão Presencial nº 006/2025

GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

CULTURA, TURISMO E DESPORTO

CNPJ: 06.072.272/0001-83

PARTICIPANTES: SHISLEY ANASTACIO DE SOUZA FERNANDES EIRLEI, CNPJ nº 09.912.989/0001-84 - E. A. C. COSTA JUNIOR LTDA - ME, CNPJ 36.118.557/0001-79 - SUPER VITORIA LTDA, CNPJ nº 42.826.457/0001-08 - HR COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES - LTDA, CNPJ nº 58.456.944/0001-58 - BKS DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 59.745.964/0001-01 OBJETO: Fornecimento parcelado de Gêneros Alimentícios para composição da merenda escolar

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 181/2021

VALOR GLOBAL DA ATA DE RETISTRO DE PREÇOS: R\$ 534.782,69 (quinhentos e trinta e quatro mil e setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

Vigencia: Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme previsto no art. 84, da Lei no 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 31/10/2025 a 31/10/2026 DATA DE ASSINATURA: 31/10/2025 Santa Rosa do Tocantins - TO, 31/10/2025. LUIZ ARMANDO LACERDA NERES Gestor SMEC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação do Comitê intersetorial Municipal de informação, acompanhamento e Implantação do SIPIA - Conselho Tutelar no âmbito do Município de Santa Rosa do Tocantins e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Santa Rosa do Tocantins no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), pela Lei Municipal nº 362/2015 e demais legislações aplicáveis,

Considerando a necessidade de apoiar a implantação, utilização e monitoramento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA;

Considerando a importância do fortalecimento do trabalho do Conselho Tutelar através de instrumentos modernos de registro e gestão de informações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município o Comitê Intersetorial com finalidade deplanejar, articular, acompanhar e coordenar a Implantação e operacionalização do sistema de informação para a infância e adolescência - SIPIA, junto ao Conselho Tutelar.

Art. 2º O Comitê Intersetorial terá as seguintes atribuições:

- I Apoiar a implantação, manutenção e pleno funcionamento do SIPIA no município;
- II Acompanhar e avaliar o processo de capacitação dos Conselheiros Tutelares para uso da plataforma SIPIA;
 - III Propor ações de capacitação e atualização;
- IV Monitorar junto às secretarias municipais a garantia de infraestrutura;
- V Emitir relatórios periódicos ao CMDCA e demais órgãos competentes sobre o andamento da implantação;
- VI Promover articulação entre os diversos setores envolvidos, como assistência social, educação, saúde, conselhos tutelares, entre outros;
- VII Avaliar continuamente a efetividade do SIPIA e propor melhorias;
- Art. 3º O Comitê será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:
 - I 02 representantes do CMDCA;

Marcia Rodrigues Marques Ledux e Luana Ferreira Menezes

II - 02 representantes do Conselho Tutelar;

Maria Machado dos Santos e Jose do Bonfim Machado dos Santos

III - 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Lucrécia Dias Bonfim Fernandes e Clarice da Anunciação Ramalho

IV - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;

Nágila Moreira de Souza





SEXTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2025 | EDIÇÃO Nº 80

V - 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Enedina Sousa Coutinho

VI- 01 representante de entidade da sociedade civil.

Francilene de Oliveira Negre

Parágrafo único - Poderão ser convidados representantes do Ministério Público, Poder Judiciário e outros órgãos de interesse.

Art. 4º O Comitê terá um coordenador e um secretário, escolhidos entre seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 5º As reuniões serão ordinárias bimestrais e extraordinárias quando necessário.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Rosa do Tocantins de 29 de setembro de 2025

Luana Ferreira Menezes Presidente (a) do CMDCA

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ MUNICIPAL DO SIPIA - CONSELHO TUTELAR

Capítulo I - Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Comitê Municipal do SIPIA - Conselho Tutelar é um órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, instituído no âmbito do CMDCA.

Art. 2º São finalidades do Comitê: apoiar implantação, monitorar uso, propor capacitações, articular infraestrutura e elaborar relatórios.

Capítulo II - Da Composição

Art. 3º O Comitê será composto por representantes titulares e suplentes dos órgãos listados na Resolução de criação.

Art. 4º Poderão participar como convidados, representantes do Ministério Público, Poder Judiciário e outras instituições.

Capítulo III - Da Organização

Art. 5º O Comitê elegerá um Coordenador e um Secretário, com mandato de 02 anos, permitidos uma recondução.

Art. 6º Compete ao Coordenador: convocar e presidir reuniões, representar o Comitê e acompanhar execuções.

Art. 7º Compete ao Secretário: organizar pautas e atas, auxiliar na comunicação e guardar a documentação.

Capítulo IV - Do Funcionamento

Art. 8º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocado.

Art. 9º As reuniões serão registradas em atas, assinadas e arquivadas no CMDCA.

Art. 10° As decisões serão tomadas por maioria simples, com quórum de maioria absoluta.

Capítulo V - Das Disposições Finais

Art. 11º Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê, ad referendum do CMDCA.

Art. 12º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CMDCA.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2025

ONDE SE LÊ

Licitação: Inexigibilidade nº 013/2025, Processo nº 372/2025.

LEIA-SE:

Licitação: Inexigibilidade nº 013/2025, Processo nº 556/2025.



